política

Relator eleva projeção de déficit para até R$ 7,47 bilhões

Parecer menciona incerteza sobre recursos para renegociação da dívida

contas públicas

Bolívar Cavalar
bolivarc@jcrs.com.br

LUCAS KLOSS/ALRS/DIVULGAÇÃO/JC



Claudio Branchieri é cotado para assumir a Secretaria da Fazenda

O relator do orçamento gaúcho para 2027, deputado Claudio Branchieri (PL), protocolou um parecer em que indica para o risco de elevação do déficit primário para até R$ 7,47 bilhões nas contas do Estado no ano que vem. A projeção deficitária é superior em R$ 2,6 bilhões na comparação com a peça orçamentária encaminhada pelo atual governo de Eduardo Leite (PSD), de déficit primário de R$ 4,87 bilhões.

O parecer segue para apreciação na Comissão de Finanças, Planejamento, Fiscalização e Controle da Assembleia Legislativa, e deve ser votado em 19 de novembro.

No documento, Branchieri aponta para um cenário fiscal "gravíssimo" em 2027, e reforça a afirmação firmada na semana passada, em reunião da Comissão de Finanças, sobre o risco de parcelamento dos salários de servidores no ano que vem.

"Nas condições conhecidas hoje, há clara possibilidade de o Estado não conseguir pagar, ao mesmo tempo, a folha, os fornecedores, os precatórios e a dívida com a União a partir de junho", diz o documento protocolado pelo deputado, que é cotado para assumir a Secretaria da Fazenda do governo eleito de Luciano Zucco (PL).

A justificativa para o risco de alta de R$ 2,6 bilhões no déficit do ano que vem se dá por incertezas quanto ao ingresso do governo gaúcho no novo programa de renegociação da dívida com a União, o Propag, algo que deverá ocorrer em maio de 2027, quando encerra o período de suspensão dos pagamentos do passivo, iniciado por medida federal adotada após as enchentes históricas de 2024.

Para aderir ao Propag, o próximo governo precisará escolher um dos pacotes disponíveis, que se diferem pelo valor do pagamento de entrada e dos percentuais que precisam ser repassados em contrapartidas do ingresso no programa.

A atual gestão de Eduardo Leite (PSD) solicitou adesão no pacote entendido tanto pelo atual governo, quanto pelo eleito como o mais benéfico para as contas do Estado no longo prazo. Mas esta opção demanda amortização extraordinária de 20% do estoque do passivo - mais de R$ 22 bilhões, considerando o atual montante do passivo em R$ 112 bilhões -, e Branchieri aponta para a incerteza de disponibilidade destes recursos para o pagamento de entrada.

Caso o próximo governo não consiga viabilizar os recursos para o abatimento de 20% do estoque, é possível que o Piratini ingresse em modalidade de menor ou nenhuma amortização extraordinária, mas com acréscimo nos custos das parcelas por conta de maiores percentuais nas contrapartidas, que são repasses ao Fundo de Equalização Federativa (Fef) e para investimentos prioritários no próprio Estado.

E é considerando esta possibilidade de aumento nos custos das parcelas da dívida com a União que o relator Claudio Branchieri aponta para o risco de crescimento do déficit para até R$ 7,47 bilhões em 2027.

Em caso de o Piratini ingressar no pacote do Propag de 0% de amortização extraordinária, o relator "estima custo adicional de R$ 1,4 a 1,7 bilhão em 2027: cerca de R$ 680 milhões a mais em cada contrapartida e de R$ 0,1 a 0,3 bilhão na parcela".

O parecer ainda aponta para o risco de descontinuidade de projetos de assistência social, saúde e agricultura familiar. Nos últimos anos, orçamentos indicaram déficits e contas fecharam no azul.

Desde 2021 que o governo de Eduardo Leite (PSD) apresenta orçamentos com projeções deficitárias, mas ao final de cada exercício os resultados fecham no azul. Para 2026, a peça orçamentária também indicava déficit, mas a tendência é de novo superávit, tendo em vista o registro positivo de R$ 7,7 bilhões nas contas até agosto deste ano.

Apesar deste contraste entre os orçamentos e os resultados, o fechamento das contas no azul só foi possível nos últimos anos por conta de receitas extraordinárias, como de privatizações e operações de crédito. Sem essas receitas, os resultados dos últimos quatro anos seriam deficitários. Por conta disso, o governo Leite reitera que o Rio Grande do Sul convive com "equilíbrio fiscal frágil", pois os recursos fundamentais para os superávits não retornam em anos posteriores.

Riscos listados por Branchieri no documento

Assistência social: redução de 61,1% no cofinanciamento dos serviços socioassistenciais.

Saúde: redução de 45% na ação SUS Gaúcho/Tabela SUS Gaúcha e de 33,4% na assistência farmacêutica.

Agricultura familiar: as ações de correção do solo e distribuição de sementes e fertilizantes, que somavam R$ 322,35 milhões em 2026, passam a contar com dotações de apenas R$ 10 mil cada.

TSE e Microsoft assinam parceria para combate à desinformação

/ JUDICIÁRIO

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e a Microsoft Brasil firmaram parceria para o combate à desinformação relacionada à Justiça Eleitoral e ao processo eleitoral. No acordo, estão previstas ações de capacitação para equipes do TSE e dos tribunais regionais, atividades de identificação e redução de práticas de desinformação, entre outras iniciativas desenvolvidas em conjunto.

O memorando de entendimento entre as instituições tem prazo até 31 de julho de 2027 e foi assinado pelo presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, e por Elias Abdala Neto, representante da empresa de tecnologia.

Os treinamentos com os membros da Justiça Eleitoral terão como tema a elaboração de conteúdos relativos ao processo eleitoral e às Eleições Gerais 2026. Eles serão realizados em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral (EJE/TSE).

Além disso, a Microsoft afirma que irá se comprometer com a implementação de iniciativas para a identificação e mitigação de casos e práticas de desinformação, sem prejuízo de outras ações, medidas e projetos que venham a ser acordados com o TSE.

A empresa também se compromete a prevenir o uso indevido de seus serviços de inteligência artificial generativa, Microsoft Copilot e o Bing, em situações relacionadas ao processo eleitoral brasileiro, observadas as suas políticas de uso aceitável, os requisitos legais aplicáveis e as limitações técnicas dos serviços.

O acordo prevê igualmente iniciativas para tornar a plataforma Azure Speech AI, assim como suas funcionalidades, mais conhecidas. A ferramenta é usada para autenticação e proteção de vozes e atua no enfrentamento do uso malicioso de conteúdos sintéticos gerados por inteligência artificial, como deepfakes de áudio, que podem ser utilizados para disseminar informações falsas ou enganosas durante os períodos eleitorais.

A Microsoft buscará estabelecer um canal de comunicação institucional com o TSE a fim de facilitar a interlocução sobre solicitações legais, o que vale para investigações relacionadas à integridade e à segurança do processo eleitoral.

Fachin atende PGR e encerra inquérito das fake news no STF

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, determinou o arquivamento do inquérito das fake news, aberto em março de 2019 pelo então presidente da Corte, Dias Toffoli, e conduzido durante mais de sete anos pelo ministro Alexandre de Moraes. De acordo com Fachin, a instauração da investigação delimitava um objeto, que não poderia ser ampliado indefinidamente com fatos novos.

A decisão, que tem efeito imediato, ocorre após a Procuradoria-Geral da República (PGR), comandada por Paulo Gonet, pedir o encerramento da investigação, sob o argumento de que seu objeto foi esgotado. Com isso, ficam impedidas novas diligências no âmbito do processo.

Ainda acolhendo pedido da PGR, o processo permanecerá sob sigilo até a análise completa do material para identificação de dados sensíveis e, depois disso, o documento deve ser tornado público. No texto, Fachin também enfatiza que está encerrando o inquérito-mãe, de modo a impedir que ocorra distribuição direta a Moraes de novos casos considerados relacionados a essa investigação.

O ministro afirmou ainda que as decisões tomadas até aqui, assim como as ações abertas em decorrência do inquérito das fake news, seguem válidas.

Com isso, termina um dos procedimentos mais controversos da história recente do Supremo, marcado por questionamentos sobre sua origem, seus limites e pela concentração de poderes nas mãos do relator.

O processo permitiu a Moraes estar nos holofotes dentro e fora da corte e ainda ganhar importância, depois de apenas dois anos de sua posse no tribunal.

Na decisão, Fachin cita diversas medidas cautelares autorizadas desde 2019, como buscas e apreensões, quebras de sigilos bancário e fiscal, bloqueios de contas bancárias e ativos financeiros, cancelamentos de passaportes, além de bloqueios de canais, perfis e contas em redes sociais.